

POR QUE PREFEITURAS ARRECADAM POUCO IPTU? RECEITA, PARTIDOS E BUROCRACIAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Maria Tereza Blanco Strohschoen¹; André Marengo²

¹ Graduanda em Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

² PPG Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

INTRODUÇÃO

A elevada carga tributária brasileira é frequentemente confrontada a uma possível falta de retorno do dinheiro contribuído; entretanto, o debate sobre sua estrutura, predominantemente de impostos regressivos e indiretos, ainda é escasso (BATISTA, 2015). O Imposto Predial e Territorial (IPTU), administrado pelos governos locais, é uma das poucas exceções uma vez que pode ser aplicado de forma progressiva, objetivando a equidade fiscal e a justiça social.

Nesse sentido, pretende-se analisar em que medida o IPTU é mais arrecadado quando partidos de esquerda estão à frente das prefeituras municipais, considerando sua preferência por políticas redistributivas (LOWI, 2009). E, ainda, se é possível afirmar que a arrecadação deste imposto é afetada pela capacidade estatal (Evans, 1995; Cingolani, 2013 ; IPEA, 2014) dos municípios, utilizando-se da “escala weberiana” proposta por Evans & Rauch (1999) como sua medida.

MÉTODO

Para tanto, o estudo em desenvolvimento baseia-se na utilização de um banco de dados que contém informações dos 5,5 municípios brasileiros sobre finanças municipais (disponibilizado pelo FINBRA), dados eleitorais (disponibilizado pelo TSE) e burocracias municipais (disponibilizado pelo IBGE), posterior cruzamento e análise dessas variáveis. O trabalho também conta com 3 variáveis de controle: tamanho do município, continuidade partidária nas eleições municipais e índice de Gini.

PROCEDIMENTOS E RESULTADOS

Utilizando o software IBM SPSS para efetuar a análise estatística dos dados, foram obtidos os valores medianos do IPTU no ano de 2012 segundo o partido do prefeito, que resultou em um comportamento diferente do padrão esperado, tendo em vista que prefeituras conquistadas ou mantidas por partidos conservadores apresentaram maiores valores medianos em comparação àquelas comandadas por comunistas ou esquerdistas. Nesta análise é relevante considerar a variação no comportamento do IPTU durante a administração municipal, a qual parece corresponder a hipótese inicial, tendo em vista que prefeituras comandadas por partidos políticos de direita apresentem menor taxa que aquelas com prefeitos dentro do espectro político considerado de esquerda.

Outro resultado obtido durante a pesquisa pode ser conferido na Tabela 1, que sugere que a profissionalização burocrática contribui limitadamente para explicação do processo de arrecadação do IPTU. Acrescentando as variáveis de partidos políticos (esquerda/direita) e população do município, constata-se que administrações municipais com maior concentração de burocracia profissional apresentam razão de chances cerca de 80% maior de gerar maiores níveis de arrecadação de imposto imobiliário urbano do que aqueles que contam com proporções inferiores de “estatutários com formação superior”.

Tabela 1 - % IPTU em relação impostos (2012)

Estatutários com formação superior	Até 10%	10 a 20%	Mais 20%
Até 5%	62,4	14,5	23,1
5 a 10%	56,3	20,1	23,6
10 a 15%	47,4	23,1	29,5
Mais 15%	34,6	25,1	40,3

Fonte: FINBRA, IBGE, Atlas-UFRGS

CONCLUSÃO

Como demonstrado nas análises acima apresentadas, a hipótese de que o IPTU é mais arrecadado quando partidos de esquerda estão à frente das prefeituras municipais, considerando sua preferência por políticas redistributivas foi refutada. Observou-se que não há uma relação direta entre escala da tributação e preferências ideológicas presumíveis das legendas à frente do Executivo Municipal. Acerca do impacto da capacidade estatal na arrecadação do IPTU, foi possível demonstrar que a variável níveis de profissionalização do serviço público afeta a escala de arrecadação do tributo – fenômeno percebido majoritariamente em “micro” e “pequenos” municípios.